

## DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

**Referência: Tomada de Preços nº 002/2016**

**Objeto: Contratação de pessoa físicas para atuarem como instrutores, ministrando cursos aos profissionais da contabilidade registrados no CRMG, no Estado de Minas Gerais, capital e interior, durante o período de 12 (doze) meses.**

**Recorrente: ARIOSNEUSO SOUSA RESENDE**

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, por ARIOSNEUSO SOUSA RESENDE, contra a decisão que inabilitou no processo de cadastramento de instrutores nº 002/2016, pelo não atendimento aos itens 4.1.4 e 4.1.5, "a", conforme Ata de Abertura de Envelopes de Habilitação.

Apresenta, em síntese, os seguintes argumentos:

Que o Edital exigiu em duplicidade a documentação que comprove a "qualificação técnica", evidenciada nos itens 4.1.4 e 5.1, respectivamente sob a nomenclatura "Qualificação técnica" e "Proposta técnica", o que induziu alguns participantes a optarem pelo envelope mais apropriado ao conteúdo, tendo em vista que os mesmos seriam entregues concomitantemente; que a parte recorrente não deixou de apresentar a referida documentação relacionada a experiência profissional e formação acadêmica, bem como os relativos às declarações, uma vez que consta por completo no envelope de nº 2; que jamais poderia se imaginar que a abertura do primeiro pudesse obstar ao conhecimento do segundo, em que pese a exigência dúplice dos referidos documentos.

Requer a reconsideração da decisão e que seja a parte recorrente declarada habilitada na presente Tomada de Preços, cujo objeto é o cadastro de instrutores para ministrarem cursos aos profissionais da contabilidade do CRCMG.



Recebida as razões recursais, a Comissão de Licitação deu ciência aos demais participantes, para, caso quisessem, apresentassem contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Transcorrido o prazo supracitado, não houve impugnação ao recurso.

Este é o relatório.

## DECISÃO

O Edital é explícito no item 4 do ato convocatório em que elenca a documentação exigida para a habilitação.

O citado item 4 é composto de subitens, quais sejam, 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.4; 4.1.5 com a clara especificação no item 4.2 da inabilitação; vejamos: *"Item 4.2. Os licitantes que não apresentarem todos os documentos indicados para a habilitação, ou que os apresentarem incompletos, ou incorretos, serão considerados inabilitados."*

Não obstante, vislumbra-se assim que a presente modalidade de licitação, qual seja, Tomada de Preços, é composta por 3 (três) fases distintas, portanto, 3(três) envelopes distintos, que requerem a apresentação de documentos em momentos distintos, conforme muito claro restou na apresentação didática das fases e apresentação dos respectivos envelopes no Edital.

Assim, não restam dúvidas de que, não apresentando no Envelope nº 1 os documentos exigidos no Edital, no item 4. *"Habilitação/4.1. O envelope de nº 1 (habilitação) deverá conter a seguinte documentação"*, a parte recorrente descumpriu as normas editalícias, especificamente os itens 4.1.4 e 4.1.5, "a" do Edital.

Neste sentido, não é demais lembrar que a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Trata-se indiscutivelmente, como já exposto, o atendimento a todos os itens do Edital de causa condicionante à habilitação da interessada em licitação, modalidade Tomada de Preços, por determinação legal, o que não ocorreu *in casu*.

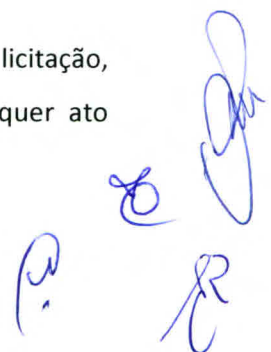
Assim, a documentação previamente exigida no instrumento convocatório e na fase de habilitação – item 4 do Edital - é absolutamente adequada à natureza da presente licitação, sendo ônus dos licitantes diligenciarem para providenciar e apresentar todos os documentos exigidos em cada fase, de forma distinta, conforme exigido e especificado de forma didática no Edital. Frise-se que a abertura envelope nº 2 – item 5 do Edital - se dará em outra fase do certame, não podendo ser antecipada sua abertura durante a fase da abertura de envelope nº 1, como pretende a parte recorrente, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade.

Aceitar a participação do recorrente sem a comprovação do atendimento a todas as exigências dos itens relacionados à fase de Habilitação (Item 4), significaria cometer ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e ao da isonomia, conforme preceitua o Art. 41 da Lei 8.666/93. *“A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”* Tal conduta representaria, ainda, ato de arbitrariedade em relação aos demais participantes que atenderam todas as exigências da primeira fase, qual seja, item 4. Habilitação – Envelope nº 1.

Assim, uma vez publicado o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitante – devem-lhe fiel cumprimento.

Qualquer oposição às exigências do ato convocatório deve ser apresentada no momento oportuno, ou seja, no prazo legal para a Impugnação ao Edital, que se dá antes da abertura do certame, sob pena de se entender que os licitantes concordaram e a elas aderiram.

Desta forma, em obediência ao princípio da vinculação ao edital da licitação, bem como do tratamento isonômico dos licitantes, não se admite que por qualquer ato





---

editado pela Administração, durante a fluência do certame, esta deixe de exigir o que foi inicialmente imposto no Edital.

Portanto, o não atendimento às exigências constantes do Edital, impõem-se a inabilitação da parte recorrente, conforme ocorrera.

PELO EXPOSTO, a Comissão de Licitação mantém a decisão de inabilitação do recorrente, por estar fulcrada nos princípios e normas que regem o procedimento licitatório, bem como ao instrumento convocatório e encaminha ao Presidente.

Comissão de Licitação

  
Juliane Garcia de Abreu

  
Ricardo Andrade Tonaco

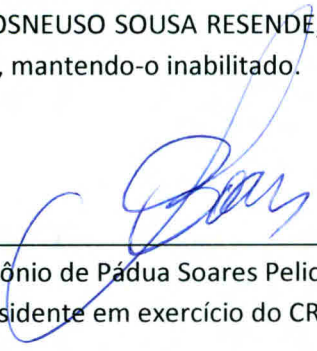
  
Sérgio Robson Mafra



---

**DESPACHO:**

Acolho, em todos os seus termos, a decisão proferida pela Comissão de Licitação no recurso interposto por ARIOSNEUSO SOUSA RESENDE, no processo referente à Tomada de Preços - Edital de nº 002/2016, mantendo-o inabilitado.



---

Antônio de Pádua Soares Pelicarp  
Presidente em exercício do CRCMG

Handwritten initials or signature in the bottom right corner.